

A transição democrática em Taiwan

Gina Soares. IEEI

A partir de 1987, a República Oficial da China (ROC), comumente conhecida como Taiwan, iniciou um conjunto de reformas políticas que permitiram a transição de um sistema repressivo e uni-partidário para um regime democrático em consolidação. Esta alteração resultou não só de factores internos, a nível político, económico e social, mas também de pressões externas relacionadas com a conjuntura internacional e com o estatuto sui generis de Taiwan. Actualmente, a ROC é um regime multipartidário e semi-presidencial – um sistema misto que combina um presidente eleito por sufrágio universal com um gabinete executivo responsável perante o poder legislativo. A existência de uma autoridade executiva bicéfala implica uma maior repartição do poder político mas, ao mesmo tempo, está também associada a um risco crescente de conflito institucional que pode pôr em causa a estabilidade democrática. A nível político e social, a relação de Taiwan com a República Popular da China (RPC) continua a ser um dos temas mais polémicos e divisórios, condicionando a formação de uma identidade nacional.

A fusão entre Estado e partido

Com a derrota na guerra civil chinesa em 1949, o governo nacionalista da ROC realizou-se em Taiwan impondo um regime centralizado e autoritário. Para Chiang Kai-shek, que na altura era simultaneamente líder do Kuomintang (KMT) e Presidente da República, o governo de Taiwan era o legítimo representante de uma única China e, como tal, a sua principal preocupação era garantir a sobrevivência e a segurança do regime nacionalista.

Neste sentido, decretou um período de “mobilização nacional para a supressão da rebelião comunista” e criou provisões temporárias que, suspendendo a Constituição, expandiam os poderes presidenciais por tempo indefinido e restringiam as liberdades de expressão e de associação. Para além destes mecanismos, o Kuomintang conseguiu manter-se no poder, não só através do apoio financeiro e militar dos EUA que procuravam conter a China comunista no contexto de Guerra Fria, mas também através de uma rede clientelar que permitia ao partido distribuir cargos públicos entre os emigrantes chineses que acompanharam a fuga política para a ilha. No entanto, pressões de ordem diversa começaram a ameaçar a hegemonia do Kuomintang.

A rápida industrialização de Taiwan e a sua orientação para a exportação de novas tecnologias geraram um forte crescimento económico que colocou a ilha no grupo dos tigres asiáticos, a partir dos anos 80. A este fenómeno esteve associada uma classe média em ascensão que começava a reivindicar maior liberalização política e económica para poder estabelecer trocas comerciais com a RPC, em fase de abertura externa e modernização. Concomitantemente, a violência exercida sobre um encontro de manifestantes na cidade de Kaohsiung, em 1979, reforçou a união de um grupo de activistas democráticos que formaram o Democratic Progressive Party (DPP) e, para além do isolamento diplomático do regime nacionalista se ter agravado, as transformações sociais e demográficas que se começavam a fazer sentir em Taiwan favoreciam os seus nativos, impelindo o Kuomintang a obter legitimidade interna.

O início das reformas democráticas

Consciente desta necessidade, o partido não só decidiu alargar a sua base de apoio social através da integração política dos nativos da ilha, simbolicamente expressa com a sucessão de Lee Teng-hui após a morte de Chiang Ching-kuo em 1988 e a sua afirmação na Presidência da ROC por eleição da Assembleia Nacional em 1990, como também adoptou uma série de medidas constitucionais que permitiram uma transição pacífica para a democracia. Em 1987, a lei marcial foi abolida, permitindo a legalização do DPP. Contrariamente à ideologia nacionalista do KMT, assente na defesa de uma única e grande China, o DPP apresentava uma plataforma política centrada na autonomia da ROC e no estabelecimento de uma ordem política livre e democrática que permitisse a participação e a defesa dos interesses da população de Taiwan.

Ao longo de toda a década de 90, as várias reformas da Constituição impuseram também a realização de eleições regulares para os membros do Legislative Yuan, retirando veteranos chineses dos cargos ocupados, concederam ao Presidente da República a possibilidade de dissolver o parlamento, o que constitui um traço fundamental do semi-presidencialismo, e culminaram na primeira eleição popular directa do Presidente e do Vice-Presidente da ROC. Desta forma, em 1996, Lee Teng-hui foi reconduzido no cargo por sufrágio universal, procurando manter o KMT no controlo político do processo de transição democrática através de um equilíbrio precário entre a manutenção da ligação tradicional ao princípio de uma única China e a incorporação dos interesses nativos. Perante a competição com o DPP por cargos locais, o partido começava a perder o seu estatuto hegemónico e enfrentava dificuldades internas com a separação de alguns apoiantes que viriam a formar novos partidos.

A consolidação da democracia e a emergência da identidade nacional

A vitória de Chen Shui-bian nas eleições de 2000 e a maioria legislativa alcançada pelo DPP impuseram a primeira alternância política em Taiwan. A explicação desta mudança passa não só pela já apontada debilidade interna do KMT, mas também pela participação crescente de uma nova geração, pós-1949, com uma ligação bastante mais ténue à China continental. Para além disso, e não obstante a intensificação dos contactos económicos e culturais entre os dois lados do Estreito, a política de intimidação mantida por Pequim, com a realização de exercícios militares na véspera das eleições, acabou por contribuir para a difusão dos ideais autonomistas do DPP.

A partir desta altura, Taiwan entra numa fase de consolidação democrática marcada pela proliferação partidária e por reformas constitucionais que estendem a participação política dos seus cidadãos. Entre elas, salientam-se a aprovação do Acto do Referendo, em 2003, que permite ao Presidente da República convocar um “referendo defensivo” em caso de ameaça à segurança nacional (tendo-se realizado o primeiro em simultâneo com as eleições presidenciais de 2004), e a dissolução da Assembleia Nacional, em 2005, concedendo assim à população o poder de aprovar ou rejeitar futuras alterações à Constituição.

A competição eleitoral tem-se desenrolado entre seis partidos que, apesar das suas divergências, apresentam igualmente, na sua origem e ideologia, aspectos comuns que permitem a sua organização em coligações. Exceptuando o Non-Partisan Solidarity Union, fundado em 2004, os cinco restantes repartem-se entre a aliança pan-verde e a

pan-azul, transmitindo uma imagem de bipolarização política em que o principal traço de distinção é a posição em relação à China.

A coligação pan-verde é composta pelo DPP e pelo Taiwan Solidarity Union, fundado em 2001 por Lee Teng-hui em reacção a ataques internos que culpabilizavam a sua diplomacia pragmática pela derrota nas eleições de 2000. Para estes dois partidos, Taiwan é uma nação soberana e, como tal, não faz parte da RPC. Com o objectivo de alargar a autonomia e o reconhecimento internacional de Taiwan, Chen Shui-bian tem adoptado uma estratégia independentista que agrava o clima de tensão com Pequim. Do outro lado, a coligação pan-azul inclui o KMT e dois partidos que resultaram da sua divisão interna: o New Party, criado em 1993 e o People's First Party (2001) de James Soong após a sua derrota por apenas 0.3% nas eleições presidenciais de que Chen Shui-bian saiu vitorioso. Esta coligação é identificada com uma atitude pró-chinesa. Todavia, no actual contexto, esta orientação não corresponde à defesa directa da reunificação, mas sim a uma posição mais moderada, que procura a re-aproximação à RPC como forma de manter um ambiente estável que permita intensificar as trocas entre os dois lados do estreito.

Assim sendo, para além da origem local, da etnicidade e da condição socio-económica, a posição em relação à China determina também a preferência partidária dos eleitores de Taiwan, e torna-se particularmente relevante se tivermos em conta a importância das reformas democráticas na formação da identidade nacional. De facto, a transição de um sistema autoritário e repressivo para um regime democrático marcado pelo pluralismo partidário e pela legitimidade do voto permitiu a participação crescente dos nativos de Taiwan e reforçou a sua consciencialização política. Ao mesmo tempo, a existência de uma geração posterior à guerra civil chinesa, o crescente afastamento ideológico e a tensão permanente entre os dois lados do estreito contribuem também para a emergência de uma identidade nacional. Contudo, e seguindo a opinião de alguns analistas internacionais, não existe ainda um consenso nacional acerca desta identidade, o que se comprova pela dualidade de opiniões em relação à RPC e, em particular, ao tema da independência. A ligação histórico-cultural à China e o reforço da interdependência económica continuarão assim a condicionar a formação de um sentimento de pertença nacional e a alimentar o debate político em eleições futuras.